



OS COMENDADORES
Manuel Tarré Fernandes (à direita), José António Silva e Sousa e Hélder Bataglia (ao fundo à esquerda e direita, respetivamente) receberam comendas de Cavaco Silva. Ilídio Pinho (à esquerda) e Luís Portela (no meio) também foram agraciados mas por anteriores chefes de Estado. Todos têm os seus nomes "Panama Papers"



ACABAR COM AS OFFSHORES PERMITIRIA SEPARAR O TRIGO DO JOIO, DEFENDE O ANTIGO MINISTRO MIGUEL CADILHE



Debate Que fazer com os paraísos fiscais? Ouvimos Miguel Cadilhe, José Miguel Júdice, Lobo Xavier, Jorge Armindo, António Saraiva, Ângelo Correia, Francisco van Zeller e Mário Ferreira. Há respostas desconcertantes e surpreendentes

ACABAR COM OS OFFSHORES? "É COMO ACABAR COM A PROSTITUIÇÃO"

ÂNGELA SILVA
e ABÍLIO FERREIRA

À pergunta "E não se pode exterminá-los?", a resposta "Pode!" está cada vez menos monopolizada pela esquerda das esquerdas. Se, há uns anos, o fim dos *offshores* era uma bandeira quase exclusiva do Bloco de Esquerda, hoje o coro alarga e até Miguel Cadilhe, ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva, defende a solução radical. "É cortar o mal pela raiz. Separar o trigo do joio e banir o joio", afirmou Cadilhe ao Expresso. Mas o ex-ministro descarta entrar em detalhes, e o Diabo, é sabido, está mais nos detalhes do que nos grandes planos.

Nos antipodas de Cadilhe está o advogado José Miguel Júdice, que diz "nunca ter constituído um *offshore*", por não ser essa a "área de negócio do [seu] escritório", mas nem por isso alinha em teses "idílicas" ("eu também gostava de ter 20 anos") sobre o fim dos paraísos que encobrem ilícitos. Júdice diz que "querer acabar com os *offshores* é como querer acabar com a prostituição". E acrescenta que "muitas vezes os *offshores* têm uma lógica que não tem nada de ilícito, da mesma forma que pode haver prostituição por amor". De uma coisa o advogado não tem dúvidas: "Isto não se resolve nos Panamá. Resolve-se cá. Se quem sofre com os que não pagam impostos são os que pagam, como eu, o melhor é rever-se a moldura penal para os crimes financeiros e aplicar-lhes a pena máxima — 25 anos." Não se pode, segundo ele, é andar a dizer que é muito grave e não agir em conformidade.

O fiscalista António Lobo Xavier também não acredita no fim dos *offshores* — "Isso é impossível. Estamos a falar de países soberanos. Quem é que os manda acabar?" —, mas sugere um maior controlo da saída de capitais, feito pelos bancos centrais. Xavier deixa um alerta: "É preciso cautela para não dinamitar o investimento estrangeiro. Não me apetece nada ganhar o estatuto de país onde é mais difícil a entrada e saída de capitais."

O gestor e empresário Jorge Armindo (Amorim Turismo) entra a matar: "Não há nenhuma razão de carácter económico que justifique a existência de tais jurisdições [os *offshores*]." E chega a afirmar que, se há países que dependem desses movimentos financeiros, "lamento, mas é a vida", "reciclem a economia e dediquem-se a outras atividades". Mas logo a seguir suaviza a narrativa: podem existir boas razões, ligadas a fatores de financiamento ou comerciais, que justifiquem a tentação de empresas ou cidadãos pelos paraísos fiscais. O que acha inaceitável é que "se mantenha o manto de opacidade e o circuito oculto do dinheiro que hoje se verifica".

Transparência é também a palavra-chave da narrativa de António Saraiva, presidente da CIP — Confederação Empresarial de Portugal: "Numa economia global, o fenómeno da evasão fiscal exige legislação e atuação à escala global." E defende que se deve caminhar "no sentido de forçar as declarações de rendimentos nos países de origem e adotar medidas que injetem transparência em todos os movimentos".

Ângelo Correia deixa uma pergunta: porque é que o "Panamá Papers" aconteceu agora? Sem assumir uma explicação, o empresário não acredita no fim dos *offshores* e só vê uma forma de se minorar os seus efeitos nocivos: com legislação e um sistema de verificação internacional. Embora reconheça que "há algo de novo no ar", Ângelo alerta que, seja o *offshore* "da lista negra, preta ou cinzenta", o difícil é sempre saber "o último nome".

Intermediários

O tema é sensível e vários advogados, gestores e empresários contactados pelo Expresso declinaram partilhar ou assumir a sua visão. Um deles, ex-gestor do BCP, alegou a "complexidade do tema que combina conceitos de risco, capital e sigilo", criticando que as sociedades "se escandalizam com as consequências, ignorando as causas que as provocam". Um outro regista que, após esta investigação, "cada vez se tornará mais vulgar a fuga gigantesca de informações através de ataques cibernéticos, o que levará ao reforço da segurança informática e a um menor recurso deste tipo de veículos". As firmas *offshores* "não vão desaparecer, porque são instrumentos de competitividade fiscal". Mas a pressão da opinião pública levará a que, como se verifica já no Reino Unido, "se adote legislação que criminalize os intermediários, como sociedades de advogados ou bancárias que facilitem ou ajudem a evasão fiscal".

O industrial Francisco van Zeller, ex-presidente da CIP, partilha uma visão desalentada e pessimista: "O que me parece é que não há vontade nem interesse dos responsáveis políticos em acabar com estas praças que funcionam como válvula de escape das obrigações fiscais." E recela que, esquecida a controvérsia, esta realidade permaneça inalterada. Van Zeller nunca teve contas em paraísos fiscais, mas houve um tempo em que teve atividade nos Estados Unidos que contou com uma exigua conta no país. Só lhe deu incómodos e chatices e fechou-a há muito.

Por último, o Expresso ouviu o armador Mário Ferreira (Douro Azul). Antes da sociedade Mossack Fonseca se tornar uma referência em conversas de café, no imaginário português Panamá era o país das bandeiras de conveniência dos navios. E depois do escândalo dos papéis? "Não vai mudar nada, é natural que as empresas que operem no comércio internacional recorram a esses veículos, seja no Panamá, Gibraltar ou Singapura", responde. Mário Ferreira acredita que a indignação dos "perseguidos e sacrificados pelo Fisco" face à evasão consagrada nos *offshores* conduza a uma medida muito simples e de fácil execução. "As pessoas que compre bens de luxo e ostentem um nível de vida dissonante dos recursos e rendimentos que declaram em Portugal devem ser obrigados a explicar a origem do dinheiro", sugere o empresário, que garante não ter contas em *offshores* nem navios registados no Panamá. Porque opera no negócio dos cruzeiros e não no comércio internacional.

"NÃO HÁ NENHUMA RAZÃO ECONÓMICA QUE JUSTIFIQUE A EXISTÊNCIA DE TAIS JURISDIÇÕES", ADMITE JORGE ARMINDO PARA O PRESIDENTE DA CIP, ANTÓNIO SARAIVA, A EVASÃO FISCAL "EXIGE UMA ATUAÇÃO À ESCALA GLOBAL"